
Biografia e História: Entrevista com o Prof. Dr. Jocelito Zalla (CAP-UFRGS)

Adriana Brito Barata Cabral¹

Alexandra Lis Alvim²

Caio F. Flores-Coelho³

Fernanda Trentini Ambiedo⁴

Isabela Dall' Acqua Cés⁵

Paula Tatiane de Azevedo⁶

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Jocelito Zalla é Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estágio-sanduíche na Université Paris-Sorbonne (Paris-IV), licenciado, bacharel e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua como professor do Colégio de Aplicação da UFRGS e é pesquisador do Laboratório de Ensino de História e Educação (LHISTE/UFRGS). As suas experiências de ensino e pesquisa em História, com ênfase em História do Brasil República, demonstram interesse pelos seguintes temas e áreas: Regionalismo Gaúcho, Modernismo Literário, Literatura Brasileira, Folclorismo, Biografia Histórica, História Cultural, Historiografia, Ensino de História.

Em sua pesquisa de mestrado, Zalla realizou a construção de uma biografia histórico-intelectual de Barbosa Lessa, onde alia a análise do indivíduo às questões mais gerais de sua sociedade e época, examinando a sua trajetória, o seu engajamento pessoal e a sua produção intelectual no processo de construção da figura do gaúcho, da identidade regional no Rio Grande do Sul e da ritualística tradicionalista.

Em sua tese de doutorado, Zalla construiu a biografia intelectual de Simões Lopes Neto, de sua atuação em vida nos campos intelectual e político e a de sua seleção para cânone literário nacional, acompanhada de sua celebração na memória histórica rio-grandense. Fazendo assim, uma biografia em duas fases. Em sua pesquisa de Doutorado, Zalla se dedicou a pesquisar a obra de importante autor, referência do movimento tradicionalista gaúcho, apesar de que Simões Lopes Neto viveu em época anterior à deste movimento. A pesquisa intitulada *As duas vidas de Simões Lopes Neto: trajetória intelectual (1888-1916) e memória literária (1916-2013)*, desenvolvida

¹ Doutoranda em História na PUCRS. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6979-7538>. E-mail: adrianabarata@gmail.com

² Doutoranda em História na PUCRS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3803-4671>. E-mail: ale.alvim@hotmail.com

³ Doutorando em História na PUCRS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1515-9404>. E-mail: caioflorescoelho@gmail.com

⁴ Doutoranda em História na PUCRS. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5853-4262>. E-mail: fernanda.ambiedo@edu.pucrs.br

⁵ Mestranda em História na PUCRS. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5089-4749>, E-mail: Isabela.ce@edu.pucrs.br

⁶ Doutoranda em História na PUCRS. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7482-3139>. Email: paulaaze@gmail.com



na UFRJ e defendida em 2018, traz uma divisão metodológica interessante, já que trabalha tanto com o período de produção intelectual em vida do biografado, mas também com a sua memória literária póstuma. Para tal, Zalla desenvolveu sua análise com as categorias da literatura como mito, falando sobre uma sociogênese da obra; e do escritor como mito, realizando uma arqueologia de sua imagem pública. Investigou, portanto, as relações entre memória histórica (mito da figura do gaúcho, mito da Revolução Farroupilha) e a literatura de imaginação, tensionando o projeto literário simoniano *versus* o campo de produção cultural do período.

Atualmente, Zalla se dedica a construir as trajetórias de três autores modernistas do estado do Rio Grande do Sul, a partir da dinâmica da história comparada de experiências socioculturais, da história social das apropriações e da história das temporalidades, no projeto *Modernismos à gaúcha: poesia e política nas trajetórias de Augusto Meyer (1902-1970), Lila Ripoli (1905-1967) e Mario Quintana (1906-1994)*, em que evidencia algumas questões pertinentes: as relações entre poesia e (micro)política; as condições da consagração literária no campo e de celebridade fora do campo; barreiras ao prestígio (posições de classe, raça, gênero e engajamento político); estado da profissionalização do escritor e lugar do poeta; história editorial e posição social do gênero poesia; projetos de (auto)representação do modernismo no/do Rio Grande do Sul.

Como a biografia está neste momento dentro do campo da História? E qual foi o percurso de estabelecimento deste tema no Brasil?

A biografia histórica, quer dizer, a biografia escrita por historiadores para responder problemas históricos ou historiográficos, parece ter ganhado nova legitimidade no Brasil com o avanço das pesquisas em nível de pós-graduação, principalmente nas últimas duas décadas. Em âmbito internacional, pode-se dizer que, após um período de esquecimento relativo do gênero, ou de suspeita em relação a seu potencial analítico, a biografia retornou à prática historiadora como uma das possíveis respostas à crise dos grandes paradigmas estruturalistas, a partir da década de 1970. Coincidentemente, foi nesse momento que a universidade brasileira ultrapassou as academias tradicionais, como os Institutos Histórico-Geográficos, enquanto lugar privilegiado da pesquisa histórica e da produção de saberes. Isso exigiu a renovação dos fundamentos da pesquisa, com a importação de teorias e métodos desenvolvidos fazia algumas décadas em países com processos mais avançados de profissionalização da História, como a França, a Inglaterra e, em menor medida, os Estados Unidos. Também aqui no Brasil, a biografia era até então um gênero caro à historiografia não universitária, comumente de viés apenas político e, evidentemente, conservador, em que se narravam os feitos de personalidades ilustres, intelectuais consagrados, governantes e, até mesmo, dos “heróis” das antigas narrativas de formação do estado nacional. Uma historiografia cientificamente orientada, como a que veio a se desenvolver nos novos programas de pós-graduação brasileiros, via com maus olhos a permanência do biográfico no interesse público pela História. Entretanto, quando se percebeu que as visadas econômicas e sociológicas mais duras tendiam a despersonalizar a experiência histórica, quer dizer, quando a história passou a não ter “rostro”, a importação

de soluções internacionais, como a micro-história, a “história vista de baixo” e a história das mulheres (pouco antes do desenvolvimento da abordagem de gênero), apontava para uma biografia histórica renovada. Nos anos 1980/1990, tiveram grande impacto na academia brasileira trabalhos como *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg, que acompanhou a vida do desconhecido e simples moleiro Menocchio e suas articulações intelectuais heterodoxas na resistência à inquisição católica. Era o mesmo contexto acadêmico em que leituras de Michel Foucault, em chave pós-estruturalista, ou de Edward Palmer Thompson, no marxismo sofisticado, indicavam novos problemas a respeito da (auto)construção de sujeitos individuais e coletivos. A biografia histórica apareceu, então, como uma maneira de acompanhar os processos nos quais o/a biografado/a se encontrava inserido/a, sem perder de vista o papel dos indivíduos, as margens de escolha de que dispunham em sua época e as fissuras existentes mesmo nos sistemas normativos mais rígidos. A própria historiografia francesa, chamada Nova História ou Escola dos Annales, oferecia precedentes para isso na obra de seus precursores. Lucien Febvre, por exemplo, havia estudado o problema da incredulidade religiosa na Idade Moderna através da biografia de Rabelais. No final dos anos 1990, o professor Benito Schmidt, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, começou a difundir a perspectiva biográfica no campo histórico do País. Sua investigação de mestrado abordou a vida de um militante do movimento operário na Primeira República, lançada como livro em 2000: *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho* (Editora da UFRGS). Na sequência, dedicou sua tese de doutorado a uma biografia cruzada de dois socialistas gaúchos, publicada em 2004 como o título *Em busca da terra da promessa* (Palmarinca Editora). Em meio a isso, apresentava considerações de ordem teórica e metodológica a respeito do fazer biográfico em congressos de área, formando, inclusive, uma geração de jovens pesquisadores identificados com a perspectiva, que se encontraria com outros núcleos universitários de inclinações semelhantes nos fóruns da ANPUH. Eu mesmo fui bolsista de Iniciação Científica do professor Benito, em investigação sobre a jornalista Gilda Marinho, e cheguei, assim, à ideia de escrever uma biografia histórico-intelectual de Barbosa Lessa para analisar a invenção das tradições gaúchas, um problema que me despertava a curiosidade fazia alguns anos. Da mesma geração de Schmidt, outros trabalhos notáveis, em abordagens distintas, ganhavam público, como *Chica da Silva e o contratador de diamantes* (2003), de Júnia Ferreira Furtado, e a tese de doutorado de Andréa Delgado, *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*, defendida em 2003 na UNICAMP (e que mereceria uma boa edição!). A prática biográfica na historiografia universitária profissional é, portanto, bastante recente, mas já goza de certa legitimidade intelectual. Paralelamente a esses e outros tantos trabalhos de pesquisa, discussões mais propriamente teóricas a respeito do biográfico foram tomando a atenção de parcela de historiadores dedicados à teoria da história e à história da historiografia, algo também fomentado pelas discussões sobre memória e testemunho que vinham sendo desenvolvidas pela área de História Oral. Destaque, nesse sentido, para a coletânea *Usos & Abusos da História Oral* (FGV Editora, 2006), coordenada por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, que traz, entre outros textos relevantes, o incontornável “A ilusão biográfica”, de Pierre Bourdieu. Essa

confluência de movimentos simultâneos de renovação teórica da escrita da história no Brasil levou a um clima atual de grande receptividade aos estudos biográficos. Na última década, temos registrado diversos simpósios e publicações dedicados ao assunto. O Encontro Nacional de História, promovido pela ANPUH, tem reeditado bianualmente seu simpósio sobre biografias e autobiografias, num espaço rico de trocas, que está longe de se esgotar em si mesmo.

Biografia é metodologia ou é teoria? Qual a contribuição dos estudos biográficos para a historiografia?

Penso na biografia como um gênero temático de escrita histórica, com exigências teóricas e metodológicas próprias, mas que respeita os protocolos gerais da disciplina. Segundo Philippe Levillain, a biografia histórica, mesmo em sua formatação política mais tradicional, se separou da biografia literária pelo grau de ficcionalidade permitido no texto. Isso já no século XIX! Assim, acho um erro considerar a biografia histórica, praticada por historiadores, como um gênero híbrido, pois ela segue discursivamente os padrões e convenções mais usuais da historiografia propriamente dita. Em uma biografia ficcional ou literária (escrita com técnicas da ficção), encontramos recorrentemente recursos como o diálogo ou o Discurso Indireto Livre (DIL), que permitem a encenação de situações vivenciadas pelas personagens e, principalmente, a narração a partir da perspectiva psicológica da personagem. Não preciso explicar porque esse tipo de estratégia é vetado na pena dos historiadores. À exceção de alguns trabalhos muito experimentais, como o famoso *Guilherme Marechal Ou o melhor cavaleiro do mundo* (publicado no Brasil pela Graal, em 1988), os historiadores têm usado a biografia muito mais como objeto, em suas dimensões individual e de representatividade/excepcionalidade em relação a grupos e classes sociais, do que como uma forma de narrativa a exemplo da biografia literária (hoje também desenvolvida por jornalistas que, nesse caso, sim, mesclam técnicas ficcionais e vocação probatória/documental). Como prática temática com problemas específicos, pode-se dizer que a biografia tem contribuído principalmente para recuperar as possibilidades de ação em campos historicamente determinados. Com ela, mostra-se que podemos resistir a contingências e pressões sociais, além de construir respostas aos problemas de cada tempo, criar a partir dos repertórios culturalmente dados. Nesse âmbito da resistência, a biografia tem permitido revelar trajetórias de personagens marginalizadas, histórias de projetos fracassados que deixaram marcas no tempo, que possibilitaram mudanças lentas nas maneiras de pensar e de agir. São biografias de negros e negras escravizados, mulheres com protagonismo político, intelectuais estigmatizados e sem prestígio, militantes de movimentos sociais de base, enfim, pessoas que contribuíram para tensionar o estatuto social hegemônico e, por isso mesmo, não ganharam atenção da historiografia política mais tradicional. Também têm permitido analisar outros ângulos de personalidades e figuras públicas, desconstruindo mitos políticos, como os “heróis da pátria”, que hoje sabemos representativos de certas elites com interesses bem definidos no tempo e no espaço, ou narrativas consagratórias como aquelas dos “homens a frente de seu tempo”, recuperando a historicidade do “gênio”, ou seja, do que o senso comum considera como

excepcional. Por último, a biografia (e aqui eu incluo a prosopografia e outras possibilidades de análises comparadas de trajetórias) ainda tem oferecido um antídoto – ou um bom complemento – à história social de séries, números e tendências, muitas vezes sem rostos e sem sujeitos.

Quais métodos podem ser associados nos estudos biográficos?

Há métodos mais específicos, desenvolvidos a partir de problemas biográficos mesmo em campos adjacentes, como a História Intelectual ou a Sociologia dos Intelectuais, além da já citada História Oral. Penso, principalmente nas análises de trajetórias sociais de inspiração bourdiana, em que se levam em conta as posições ocupadas pelo/a biografado/a em determinados estágios de seu campo de atuação (campo literário, campo político, campo universitário etc.). Mesmo quando não há um espaço social relativamente autônomo, esse tipo de análise pode revelar aspectos importantes de uma vida, através do balanço das heranças materiais e imateriais, dos trunfos de que o/a biografado/a dispõe, além de atributos pessoais que podem funcionar socialmente como estigmas, barrando o acesso ao êxito social, conduzindo a carreiras de menor prestígio ou, até mesmo, levando à marginalidade e à exclusão. Ainda nessa seara, podemos citar a prosopografia, como ela vem sendo praticada na História Social. Basicamente, o/a historiador/a constrói um questionário ou um conjunto de traços a serem observados e cruzados, relevantes para os problemas de sua investigação, a que submete a gama de informações biográficas disponíveis sobre um grupo de pessoas escolhidas para a análise. No plano da autobiografia e das memórias, a História Oral tem empregado procedimentos de comparação dos discursos, que apontam para a historicidade das narrativas orais, seu grau de inventividade e de seletividade, sua relação com o momento e a situação de produção (com o tempo presente e o papel da interlocução). São métodos valiosos para se pensar a autoconstrução dos sujeitos e/ou os discursos de autorrepresentação, que possuem vínculos e posições de classe, de gênero, de raça, de profissão, de geração etc., e, não raro, disputam narrativas mais amplas sobre o mundo. Dois exemplos de trabalhos distintos, mas igualmente profícuos na profusão de problemas e de métodos de pesquisa no Brasil, são as obras do sociólogo Michel Pollak, que analisam as “batalhas de memória”, incluindo memórias subterrâneas, silêncios e esquecimentos coletivos, e do crítico literário Alessandro Portelli, que submete os discursos orais às estratégias eruditas de dissecação dos textos literários, pensando sobre sua constituição interna e suas funções específicas em um contexto discursivo mais amplo, ou suas intertextualidades. Além dessas tendências metodológicas mais fortes, acredito que a biografia histórica pode recorrer a qualquer método histórico, humanístico e das Ciências Sociais, que for pertinente à construção do objeto. A biografia de literatos, que é aquela que eu tenho praticado, exige, evidentemente, o domínio de técnicas de análise de discursos literários. Logo, o historiador que pretende entender a produção de sua personagem, em tese, deve desvendar os mecanismos específicos desse tipo de documentação, no que se sairá melhor quando considerar os métodos desenvolvidos nos estudos literários. Se o objetivo, por exemplo, é compreender uma experiência de escravização e de resistência,

a biografia ganhará muito em análise se recorrer às técnicas desenvolvidas nos estudos de escravidão para tratamento de processos-crime, testamentos, fontes que comumente registram essas tensões. Em suma, a construção da biografia deve respeitar a natureza do objeto, a problemática desenvolvida pelo/a historiador/a e as fontes selecionadas/disponíveis para a investigação, o que delimita seu tratamento para a obtenção das respostas. Nisso, não difere em nada das demais modalidades de história profissional.

Quais são as leituras fundamentais para os estudos biográficos?

Acredito que os trabalhos citados até agora podem configurar uma lista mínima de leituras que tenham gerado impacto recente no campo da História. Cada pesquisador/a pode desenvolver seu itinerário de estudos de acordo com os interesses de investigação que lhe guiam no momento, mais de acordo com a problemática da memória e da autobiografia, mais de acordo com a análise sociológica de trajetórias, para ficarmos em duas frentes. De qualquer forma, eu gostaria de sugerir veementemente “A ilusão biográfica”, de Pierre Bourdieu, como alerta geral às tendências (até mesmo inconscientes) de se assumir o discurso de autopropaganda do/a biografado/a. É uma forma de fugir da teleologia, daquela narrativa que organiza as vidas públicas em função de seu último estágio ou, então, do atributo que permitiu a notoriedade da personagem. Algo como: “Machado de Assis era predestinado à literatura, pois desde criança gostava muito de ler”. Para ficarmos no quase óbvio, o defeito desse tipo de lógica é mascarar a experiência real da personagem, desconsiderando as condições de possibilidade de sua trajetória. Quantos contemporâneos de Machado de Assis amavam a leitura e não se tornaram Machado de Assis? A pergunta dialética mais adequada para um historiador, me parece, seria justamente entender como Machado de Assis se tornou Machado de Assis. Nesse sentido, outro trabalho que ajuda a pensar sobre o fazer biográfico é o do antropólogo Gilberto Velho. Baseado na filosofia de Alfred Schutz, ele apresenta uma teoria dos projetos, individuais e coletivos, entendidos como conjunto articulado de ações para atingir determinados fins. Sempre vale a pena, claro, ler experiências de pesquisa na área. Nesse sentido, recomendo os livros de Benito Schmidt. Sobre a história da biografia e a prática no campo, também é importante conhecer os textos publicados nas últimas décadas pelo professor, tais como o artigo “O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico” (Anos 90, 1996) e o capítulo “História e biografia”, em *Novos domínios da História* (2011).

Por que enuncias tua tese e dissertação como “estudos biográficos” e não como “biografia”? Existem diferenças?

Tenho a impressão de que enuncio os dois termos. Chego a definir o trabalho de mestrado como uma biografia histórico-intelectual. Mas não sinto que essa categoria daria conta da minha investigação de doutorado, apesar de, em alguma medida, abordar a biografia intelectual de Simões Lopes Neto como um de seus objetos. Digamos, grosso modo, que toda biografia histórica

é um estudo biográfico, mas nem todo estudo biográfico é uma biografia. E não há nenhum demérito nisso. Explico. Há muitos trabalhos que não se ocupam de narrar a vida da personagem, acompanhar o desenvolvimento de sua trajetória, pensar sobre sua experiência sócio-histórica, mas observam a construção de sua imagem pública, analisam suas memórias, abordam os usos e apropriações de suas obras etc. São estudos em que a dimensão biográfica continua importante como objeto, talvez até como problema de pesquisa, mas em outros sentidos. É o caso, por exemplo, da citada tese de Andréa Delgado. Em parte, é o caso também da minha pesquisa de doutorado, quando eu busco empreender uma arqueologia da imagem póstuma do meu personagem.

Quais foram as maiores dificuldades encontradas ao escrever tuas pesquisas sobre Barbosa Lessa e Simões Lopes Neto? Sendo que eles são personagens tão enraizados na mente dos gaúchos.

Por incrível que pareça, as maiores dificuldades encontradas foram dentro da academia, não fora dela. No senso comum, principalmente do Rio Grande do Sul, não parece haver nenhuma dúvida quanto à relevância dos dois personagens, o que justificaria por si esse tipo de empreendimento. Infelizmente, parcela dos historiadores ainda funda a legitimidade dos objetos científicos em categorias classificatórias pré-científicas, que atendem a interesses diversos aos da pesquisa histórica e reproduzem acriticamente relações de força presentes na sociedade. É o caso dos chamados cânones letrados. Ninguém questiona a existência de pesquisas históricas sobre historiadores reconhecidos ou escritores consagrados, sem inquirir as condições do reconhecimento e o estatuto sempre transitório da consagração. Por mais que, em teoria, tenhamos abertura teórica para falar de sujeitos marginais, e recomenda-se também teoricamente em nossa disciplina que se amplie o leque de interesses de investigação, falar de Barbosa Lessa, provavelmente o último grande intelectual polígrafo do Rio Grande do Sul, que concorreu com historiadores especializados e escritores profissionalizados nos anos 1970 a 2000, e que tinha o atributo tradicionalista como ponto forte de sua imagem social, foi sentido como um problema para alguns de meus interlocutores. Pelo menos na chave em que eu desenvolvi a pesquisa, quer dizer, na aferição de sua complexidade, sem cair na denúncia da ideologia do gauchismo tão em voga na primeira geração de historiadores universitários. Nada que impedisse meu trabalho ou delimitasse meus recortes e opções teórico-metodológicas. Devo, aliás, ao professor Benito Schmidt, uma confiança irrestrita, que me deu muita autonomia de escolhas, o que se repetiu com a professora Marieta de Moraes Ferreira no doutorado. Mas inicialmente senti, nas entrelinhas, um incômodo das plateias acadêmicas, algo que relato na conclusão do meu agora livro *O centauro e a pena* (Editora da UFRGS, 2018). Como jovem pesquisador, não vou negar que sofria com essa rejeição velada, mas resolvi tomar a própria condição de estigma intelectual de Barbosa Lessa como um objeto de análise. Posso dizer que devo aos entraves pré-científicos do campo (porque acredito que não nos deveria interessar o “valor” social do objeto, mas sua existência no mundo), a construção de um grande problema de pesquisa. Problema que retomei no estudo biográfico

de Simões Lopes Neto. Confesso, ainda, que a escolha do “patriarca das letras gaúchas”, nas palavras de Alfredo Bosi, do autor dos conhecidos Contos Gauchescos, responsável também pela fixação literária de uma das lendas de maior circulação no Brasil, “O negrinho do pastoreio”, foi ingenuamente pensada por mim como de mais fácil digestão no meio universitário de História. Principalmente pela quantidade enorme de estudos dedicados ao autor na área vizinha de Letras (provavelmente a maior fortuna crítica de um escritor gaúcho, superando o próprio Erico Verissimo em quantidade e, talvez, em qualidade). Mas falar de Simões numa pesquisa desenvolvida no Rio de Janeiro, onde ele é mais um ilustre desconhecido, mesmo para os professores, me colocou de novo naquela posição de desconforto, que sempre levava a justificar a relevância do objeto. Há quase uma tensão constitutiva no texto da minha tese, já que persigo como problema a historicidade da originalidade e da consagração simonianas, mas preciso explicar para o leitor de fora do Rio Grande que Simões foi considerado original e foi literariamente consagrado. Enfim, como disse na minha defesa, hoje nós historiadores discutimos com muita tranquilidade a literatura pornográfica da França pré-revolucionária, um casamento camponês fraudado e a identidade de um impostor francês do século XVI, e até nos emocionamos com a simplicidade extravagante de um moleiro friulano do mesmo período. Mas ainda é preciso ser um Robert Darnton para falar de literatura apócrifa; uma Natalie Davis para acompanhar os caminhos de um Martin Guerre; ou um Carlo Ginzburg para biografar um Menocchio. Ao menos, sem receber uma boa dose de desconfiança. Sem lamentos, a questão é que ainda temos muito o que avançar para, como quis Pierre Bourdieu, chegar ao consenso de que o que deve contar é a construção científica do objeto. Espero que meu trabalho, um dia, contribua para isso.

De que forma os estudos biográficos de Simões Lopes Neto e Barbosa Lessa foram recebidos pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho?

A tese sobre Simões Lopes Neto ainda é muito recente (2018) e só agora começa a circular de uma forma mais ampla, com algumas entrevistas que tenho dado a jornais, além de palestras e publicações de divulgação. Não acredito que os tradicionalistas já tenham tomado conhecimento dela. De qualquer forma, outro grupo com adesão afetiva à obra e ao autor, os chamados simonianos da cidade de Pelotas, que orbitam o Instituto João Simões Lopes Neto, surpreendentemente tem gostado bastante dos resultados a que cheguei. Já dei duas palestras, muito bem recebidas, no auditório da entidade, e parece haver uma curiosidade muito grande em relação aos métodos científicos a que submeti a biografia e a literatura simonianas. Independente de corroborar ou negar as impressões pessoais desses leitores (o que nunca foi minha intenção), acho que a observação séria e respeitosa do objeto dirime qualquer possível resistência ao trabalho. De certa forma, isso se repete com a pesquisa sobre o Barbosa Lessa nos meios tradicionalistas. Nem o subtítulo “invenção das tradições gaúchas” (algo sempre assumido pelo próprio Lessa) parece incomodar os interessados por essa biografia. A leitura do texto não deixa dúvidas de que me posiciono, após a perseguição de uma análise objetiva exaustiva, contra os históricos

preconceitos cetegistas em relação a mulheres, negros e população LGBTI, além das possíveis conivências com a dominação de classe. Mas não é um trabalho de denúncia pela denúncia. É uma investigação respeitosa de um objeto que merece ser encarado também sem preconceitos, de um escritor e folclorista complexo, que apontou, inclusive, para alguns caminhos inclusivos na cultura tradicionalista (que, como ele sempre alertou, não pode ser confundida com cultura gaúcha). Essa perspectiva permite diálogos interessantes. O lançamento do livro rendeu, até mesmo, uma participação no Galpão Crioulo, da RBS TV, quando fui muito bem recebido pelos apresentadores e tive minhas considerações e críticas acolhidas também com respeito.

Como os estudos biográficos se inserem na História Pública? E como esses estudos podem ser inseridos no ensino de História?

Acredito que o que se tem chamado de História Pública é um campo novo, em definição e, portanto, em disputa. Não tenho certeza sobre seu rendimento historiográfico, apesar de sempre ter considerado necessário ultrapassar os muros das universidades e atingir, com nossas pesquisas, o público mais amplo possível. Percebo que essa etiqueta hoje engloba antigas práticas de divulgação científica e, nesse sentido, acho que a boa receptividade do público leitor médio às biografias (em todas as perspectivas e abordagens) pode ser um bom mote para fazer circular discussões historiográficas avançadas. A própria ideia de que a História não é mais aquele discurso sobre fatos e datas, tão repetida há tantos anos, mas ainda relativamente incompreendida, ganha concretude na investigação biográfica, quer dizer, na visada de uma vida através de um problema científico de pesquisa. Penso que a História Pública pode ter na biografia uma grande aliada, se não baratear o sentido disciplinar corrente dos estudos de vida. De outro lado, o ensino, não só de história, tem certo acúmulo em relação ao biográfico na sala de aula. Na área de Educação, há congressos periódicos sobre relatos (auto)biográficos. Salvo engano, é esta a área que domina a Associação Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica (BIOgraph). Seus usos são variados, desde os balanços de trajetórias de professores e de estudantes e as análises de relatos específicos ao apelo à dimensão biográfica como instância de mediação entre o conhecimento escolar previsto nos currículos formais e práticos e as vivências do alunado. Quer dizer, partindo-se da ideia de que a aprendizagem se torna mais significativa quando dialoga com a experiência do aprendiz, a (auto)biografia é uma estratégia de (auto)reflexão a partir daquilo que lhe é mais próximo. No ensino de História, tem também a vantagem de personificar as tendências e processos macro que almejamos compreender, além de resgatar o papel da ação na mudança das sociedades. Em minha prática como professor de Educação Básica, tenho tido resultados interessantes com essa estratégia. Uma agenda propositiva para o estudo da escravidão e das relações raciais no Brasil tem sido possível graças à recuperação de trajetórias de negras e negros escravizados que lutaram pela abolição, além de negros e negras que se destacaram nos campos intelectual, científico e literário. O papel das mulheres e da população LGTBI na conquista de direitos também recebe outra concretude quando abordada através de biografias. Há um ganho de empatia, inclusive, entre aqueles alunos

com perfil social distinto e que, dadas as condições de nossa sociedade, podem naturalizar os privilégios de que eventualmente gozam, além da estrutura de desigualdades.

Fale um pouco de sua pesquisa atual, quais novos desafios se apresentam ao biografar três importantes “modernistas” gaúchos e, especialmente, realizar a biografia de uma mulher?

No momento, estou me dedicando à pesquisa comparada de três trajetórias de poetas modernistas gaúchos no campo literário brasileiro: Augusto Meyer, Lila Ripoll e Mario Quintana. A seleção das personagens tem relação justamente com suas posições diversas no campo mais restrito da produção erudita (o primeiro consagrado, a segunda reconhecida, mas de obra pouco difundida, o terceiro visto como autor menor, apesar – ou por causa – da grande circulação de seus textos). Também aponta para posições político-institucionais diversas. Meyer chegou a dirigir, por duas décadas, o Instituto Nacional do Livro, enquanto mantinha relações políticas próximas ao getulismo. Lila foi militante do Partido Comunista, o que abria algumas portas em círculos intelectuais brasileiros e redes de sociabilidade internacionais, e fechava outras muitas, principalmente junto às instituições mais próximas do poder político. Distinta ainda, evidentemente, era a condição de gênero, que aparentemente oferecia à Lila mais uma barreira no acesso ao sucesso literário, somada à militância comunista. Por último, Mario foi um escritor-celebridade, quase um personagem folclórico da cidade de Porto Alegre, que tinha como principal base de sustentação o mercado nacional de livros, condição de que nunca gozaram Meyer e Ripoll, de vendas aparentemente acanhadas. Como pontos em comum, além da produção de poesia lírica intimista, todos trabalharam como tradutores ou se envolveram na edição de livros e periódicos literários, o que me apresenta critérios de comparação dados pela estrutura objetiva das especializações no campo literário. Tudo ainda é hipótese no projeto, mas aposto que o balanço comparado das trajetórias e das obras dos três personagens me levará, talvez, a dizer algo novo sobre o modernismo no Rio Grande do Sul, suas relações com o poder e com o mercado, além da autonomia relativa dessa versão periférica do movimento (em relação ao modernismo paulista que se tornou a régua de medida das vanguardas brasileiras da primeira metade do século XX).

Recebido em: 4/9/2019.

Aprovado em: 12/9/2019.

Adriana Brito Barata Cabral

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6979-7538>

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do RS – PUC/RS

Endereço postal: Avenida Ipiranga, 6681 Prédio 8 – Sala 403

Bairro: Partenon – POA/RS - Brasil

CEP: 90610-001

Alexandra Lis Alvim

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3803-4671>

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do RS – PUC/RS

Endereço postal: Avenida Ipiranga, 6681 Prédio 8 – Sala 403

Bairro: Partenon – POA/RS - Brasil

CEP: 90610-001

Caio F. Flores-Coelho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1515-9404>

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do RS – PUC/RS

Endereço postal: Avenida Ipiranga, 6681 Prédio 8 – Sala 403

Bairro: Partenon – POA/RS - Brasil

CEP: 90610-001

Fernanda Trentini Ambiedo

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5853-4262>

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do RS – PUC/RS

Endereço postal: Avenida Ipiranga, 6681 Prédio 8 – Sala 403

Bairro: Partenon – POA/RS - Brasil

CEP: 90610-001

Isabela Dall' Acqua Cé

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5089-4749>

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do RS – PUC/RS

Endereço postal: Avenida Ipiranga, 6681 Prédio 8 – Sala 403

Bairro: Partenon – POA/RS - Brasil

CEP: 90610-001

Paula Tatiane de Azevedo

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7482-3139>

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do RS – PUC/RS

Endereço postal: Avenida Ipiranga, 6681 Prédio 8 – Sala 403

Bairro: Partenon – POA/RS - Brasil

CEP: 90610-001